
Fonte: <http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=112&item=4>

A História do Plano Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão e Cruzado novo

11/09/2003



Escrito por: Manoel Ruiz

Tancredo Neves foi eleito Presidente por eleição indireta, e sua vitória foi recebida com muito entusiasmo e esperança pela maioria dos brasileiros. Ele era um político moderado, porém um adversário declarado do regime autoritário até então. Não assumiu a presidência porque na véspera da sua posse é internado no Hospital de Base, em Brasília, com fortes dores abdominais.

O vice José Sarney havia rompido com a Arena há pouco tempo e o povo tinha receio que o regime autoritário continuasse disfarçado. No dia 15 de março de 1985 ele assume interinamente no lugar do Tancredo, que sofreu sete cirurgias e veio a falecer em 21 de Abril de 1985, aos 75 anos de idade, com infecção generalizada. No dia seguinte a 22 de Abril José Sarney foi investido oficialmente no cargo até 1990, um ano a mais que o previsto na carta-compromisso da Aliança Democrática, responsável pela sua chegada ao poder. Manteve o Serviço Nacional de Informações (SNI), considerando-o adaptável a outro contexto, causando-lhe algum desgaste político. Porém seu governo foi marcado por um clima de liberdades democráticas.

A política econômica do governo anterior, com descontrole econômico, inflação fora de controle e um grande déficit público, todos esses problemas deram continuidade no início do governo Sarney, chegando a 225,16% no primeiro ano de seu governo, com isso o novo governo sofreu um grande desgaste político. No dia 1º de março de 1986 foi instituído o "Plano Cruzado". Essa reforma monetária cortou três zeros, e o "Cruzeiro" foi substituído pelo "Cruzado", seguido de um congelamento de preços, tudo isso sob o comando do ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Essa reforma monetária tinha como objetivo reequilibrar a economia e resgatar o prestígio do governo que já estava um tanto abalado.

O "Plano Cruzado I" teve como princípio o congelamento de preços por um ano, e os salários foram congelados, pelo valor médio dos últimos seis meses, mais um abono de 8%. Também foi criado o "gatilho salarial", toda vez que a inflação atingir ou ultrapassar 20% os salários teriam correção automática com o mesmo índice, mais as diferenças negociadas nos dissídios coletivos das diferentes categorias. A correção monetária foi extinta e criada o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), para correção da poupança e aplicações financeiras superiores há um ano.

No início o povo foi tomado por uma grande euforia, onde todos os consumidores foram convocados a se tornar fiscal do Sarney, denunciando as remarcações, para que o congelamento tivesse êxito. A inflação foi contida, o poder aquisitivo cresceu, Com o

aumento dos salários e o congelamento, aumentou-se o consumo, porém a forte demanda abalou o congelamento e levou o Plano Cruzado ao fracasso. Com quatro meses de vida o plano já mostrava a sua fragilidade, as mercadorias desapareceram das prateleiras dos supermercados, os fornecedores cobravam ágio e a inflação volta a subir. O governo mantém o congelamento até as eleições, pois o povo não entendia a gravidade do problema e no final de 1986, o PMDB ainda conseguiu bons resultados nas eleições, por conta do Plano Cruzado.

O PMDB partido do governo aproveitou bem a propaganda do Plano Cruzado e venceu nos principais Estados do Brasil. Porém a sua economia estava desorganizada, com a inflação em alta. O governo após as eleições, a 21 de novembro de 1986 lança o "Plano Cruzado II" no qual libera os preços dos produtos e serviços, o reajuste dos aluguéis deveria ser negociado entre proprietários e inquilinos, também alterou o cálculo da inflação, que passaria a ter como base de cálculo, os gastos com famílias com renda de até cinco salários mínimos e os impostos das bebidas e cigarros foram reajustados. As exportações caíram enquanto as importações aumentavam, esgotando as reservas cambiais. O Plano Cruzado II foi outro desastre, porque a inflação disparou, os combustíveis subiram 60,16%, automóveis 80%, bebidas 100%. O Brasil decreta moratória, suspendendo o pagamento da dívida externa em 20 de janeiro de 1987. O Ministro da Fazenda Dílson Funaro depois de dois planos sem sucesso é substituído por Luiz Carlos Bresser Pereira.

O "Plano Bresser" foi apresentado por Bresser Pereira que assumiu o ministério da Fazenda em 29 de abril de 1987, com sérios problemas de inflação e um mês depois de sua posse a inflação atingiu 23,26%. O grande vilão era o déficit público, onde o governo gastava mais do arrecadava, então em junho de 1987 foi apresentado o "Plano Bresser" onde decretava congelamento de preços, dos alugueis e salários por 60 dias. E para diminuir o déficit público toma algumas medidas, como: aumentar tributos eliminou o subsídio do trigo e as obras de grande porte já planejadas foram adiadas, entre elas o trem bala entre São Paulo e Rio, Ferrovia Norte Sul, pólo-petroquímico do Rio de Janeiro e desativa o gatilho salarial. Retomou as negociações com o FMI suspendendo a moratória. Mesmo com todas essas medidas a inflação chegou a 366% em dezembro de 1987. O Bresser deixa o ministério em 6 de janeiro de 1988 e é substituído por Maílson da Nóbrega.

Maílson da Nóbrega assumiu o Ministério da Fazenda propondo uma política econômica sem medidas drásticas, tentar conviver com a inflação fazendo ajustes localizados, essa política foi denominada de "Feijão com Arroz", a qual deveria evitar a hiperinflação. Porém em 1988 a inflação chega a 933% e o governo lança mais um plano econômico.

O "Plano Verão" foi apresentado por Maílson da Nóbrega, em 15 de janeiro de 1989, o plano econômico cortou três zeros; criado o "Cruzado Novo"; mais um congelamento de preços; foi extinta a correção monetária; propôs a privatização de algumas estatais e cortes nos gastos públicos, onde os funcionários contratados nos últimos cinco anos seriam exonerados. Os cortes não aconteceram ficou só no papel e mais um plano econômico desastroso. Em dezembro do mesmo ano a inflação atingiu 53,55%. Para se ter idéia da gravidade em que se encontrava a nossa economia, de fevereiro de 1989 a fevereiro de 1990, a inflação atingiu 2.751%.